

ENTRE RIOS E SABERES: A EDUCAÇÃO RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA TOCANTINA

Elielson dos Santos Machado

Veni Creator Christian University.

<http://lattes.cnpq.br/3586259568116739>

<https://orcid.org/0009-0008-3344-2805>

E-mail: elielson23machado@gmail.com

Maria Barbara da Costa Cardoso

<http://lattes.cnpq.br/8512666584817111>

<https://orcid.org/0000-0003-4184-1052>

E-mail: barbara.costa@csfx.org.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3-05>

RESUMO: A educação ribeirinha na Amazônia Tocantina demanda uma análise profunda sobre as particularidades sociais, culturais e geográficas que influenciam diretamente o acesso, a permanência e a qualidade do ensino ofertado nas comunidades banhadas pelo rio Tocantins e seus afluentes. Este artigo tem como objetivo discutir os principais desafios enfrentados pela educação escolar ribeirinha na região da Amazônia Tocantina, bem como apresentar perspectivas que considerem a realidade local e valorizem os saberes tradicionais dessas populações. O estudo aborda inicialmente o conceito e a delimitação da Amazônia Tocantina, os municípios que a compõem, para, em seguida, discutir os entraves históricos e estruturais que dificultam o pleno exercício do direito à educação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Como fundamentação teórica, recorre-se a autores que tratam da educação do campo, educação ribeirinha, políticas públicas e Amazônia. Os resultados apontam para a necessidade de políticas educacionais específicas, currículos contextualizados e formação docente voltada para os desafios das escolas localizadas em áreas ribeirinhas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ribeirinha. Amazônia Tocantina. Políticas públicas. Currículo contextualizado. Educação do campo.

BETWEEN RIVERS AND KNOWLEDGE: RIVERSIDE EDUCATION IN THE TOCANTINA AMAZON

ABSTRACT: Riverside education in the Tocantins Amazon region requires an in-depth analysis of the social, cultural, and geographic particularities that directly influence access, retention, and quality of education in communities bordering the Tocantins River and its tributaries. This article aims to discuss the main challenges faced by riverside education in the Tocantins Amazon region, as well as to present perspectives that consider the local reality and value the traditional knowledge of these populations. The study initially addresses the concept and delimitation of the Tocantina Amazon region and its constituent municipalities and then discusses the historical and structural obstacles that hinder the full exercise of the right to education. Methodologically, this is qualitative research, based on a literature review and document analysis. The theoretical foundation

draws on authors who address rural education, riverside education, public policies, and the Amazon. The results point to the need for specific educational policies, contextualized curricula, and teacher training focused on the challenges faced by schools located in riverside areas.

KEYWORDS: Riverside education. Tocantina Amazon region. Public policies. Contextualized curriculum. Rural education.

INTRODUÇÃO

A educação no contexto amazônico apresenta características singulares, determinadas por fatores geográficos, históricos e socioculturais que exigem políticas públicas específicas e um olhar sensível às diversidades regionais. No interior dessa complexa realidade, destaca-se a Amazônia Tocantina, uma sub-região da Amazônia Legal situada majoritariamente no estado do Pará, onde as comunidades ribeirinhas enfrentam inúmeros desafios para garantir o direito à educação. Essas populações, tradicionalmente organizadas às margens dos rios, vivem do extrativismo, da agricultura de subsistência e da pesca, em territórios muitas vezes de difícil acesso, o que compromete a infraestrutura escolar, o transporte, a formação docente e a permanência dos estudantes na escola.

Apesar dos avanços conquistados por meio de políticas de educação do campo, como o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e a criação de diretrizes curriculares específicas para a educação escolar ribeirinha, os desafios permanecem. É nesse contexto que o presente artigo se propõe a contribuir com o debate acadêmico, apresentando um panorama da educação ribeirinha na Amazônia Tocantina, com base em uma abordagem qualitativa e ancorada em autores que tratam da educação rural, da Amazônia e das especificidades ribeirinhas, como Arroyo (2004), Caldart (2008), Bosi (2006), Barbosa (2020), entre outros.

Para alcançar esse objetivo, o artigo será dividido em cinco partes principais, além da introdução e da conclusão: (1) a caracterização da Amazônia Tocantina; (2) a delimitação dos municípios que compõem essa sub-região; (3) os desafios históricos, sociais e políticos enfrentados pela educação ribeirinha na região; (4) a análise das políticas públicas existentes e suas limitações; (5) as perspectivas de uma educação contextualizada, inclusiva e voltada para o protagonismo ribeirinho.

A AMAZÔNIA TOCANTINA: CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTO GEOGRÁFICO

A Amazônia Tocantina é uma sub-região da chamada Amazônia Legal que se destaca por sua localização estratégica ao longo do curso do rio Tocantins, abrangendo majoritariamente os territórios do sul e sudeste do estado do Pará. Embora ainda não possua uma delimitação oficial consolidada por legislações federais ou estaduais, a Amazônia Tocantina tem sido reconhecida e estudada por pesquisadores, movimentos sociais e lideranças políticas locais, justamente por reunir características geográficas, históricas e sociais singulares.

Essa região é marcada por uma impressionante diversidade de ecossistemas e paisagens, onde coexistem florestas tropicais úmidas, áreas de várzea, campos naturais e zonas de transição entre os biomas amazônico e cerrado. Tamanha diversidade ecológica influencia diretamente a organização da vida cotidiana de seus habitantes. Não se trata de um território homogêneo; ao contrário, a Amazônia Tocantina é um espaço complexo, com realidades múltiplas e dinâmicas próprias.

O rio Tocantins, que corta longitudinalmente a região, é mais do que uma referência geográfica ou um recurso natural: ele é o principal elo entre as populações, suas práticas econômicas e sua cultura. Desde tempos coloniais, o rio serviu como rota de deslocamento, via de comércio, meio de subsistência e espaço simbólico. Até hoje, ele continua sendo vital para a mobilidade e para o cotidiano das comunidades ribeirinhas que vivem às suas margens.

Segundo a geógrafa Bertha Becker (2005), a Amazônia Tocantina é um "espaço de fronteira em disputa", onde diferentes projetos de desenvolvimento colidem: de um lado, grandes empreendimentos vinculados ao agronegócio, à mineração e à geração de energia hidrelétrica; de outro, modos de vida tradicionais que resistem à homogeneização e à lógica do capital. Essa condição de fronteira tensionada se expressa tanto no uso da terra quanto na implementação de políticas públicas, incluindo a educação.

O crescimento econômico, estimulado por megaprojetos como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, mudou drasticamente a paisagem e as relações sociais da região. Embora essas obras tenham sido apresentadas como promotoras de progresso, seus efeitos

colaterais foram profundos e, muitas vezes, danosos. Grandes áreas foram alagadas, comunidades inteiras deslocadas compulsoriamente, e formas tradicionais de organização social e produtiva foram desestruturadas. Como afirma Oliveira (2012), tais intervenções geraram não apenas danos ambientais, mas também rupturas sociais, afetando a identidade e a continuidade dos modos de vida ribeirinhos.

Nesse contexto, é fundamental compreender que o território da Amazônia Tocantina não pode ser visto apenas por seus limites físicos. É necessário olhar para ele como um espaço vivido, cheio de significados, construído historicamente por sujeitos que resistem, adaptam-se e recriam suas formas de existência diante das mudanças e das adversidades. Os desafios enfrentados por essas populações vão desde a precariedade da infraestrutura básica – como energia, transporte e saúde – até a escassez de serviços públicos essenciais, como escolas, bibliotecas e centros culturais.

Por isso, estudar a Amazônia Tocantina significa também compreender que esse território carrega consigo um histórico de abandono estatal, mas também de resistência e criatividade popular. A ausência de políticas públicas efetivas não impediu que os ribeirinhos desenvolvessem formas próprias de organização, transmitissem saberes ancestrais e preservassem vínculos profundos com o seu espaço.

No que se refere à composição político-administrativa da Amazônia Tocantina, observa-se a ausência de um marco legal ou normativo que estabeleça, de forma clara e oficial, os limites dessa sub-região. No entanto, pesquisadores e organizações sociais têm adotado critérios geográficos e socioculturais para identificar os municípios que a integram, geralmente considerando aqueles localizados ao longo do rio Tocantins e seus principais afluentes, no sudeste e sul do estado do Pará.

Entre os municípios que comumente são incluídos na Amazônia Tocantina, destacam-se: Marabá, Tucuruí, Cametá, Abaetetuba, Itupiranga, Baião, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Goianésia do Pará, Rondon do Pará, Dom Eliseu, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, entre outros. Cada um desses municípios apresenta realidades distintas, mas compartilham elementos estruturais comuns: a predominância de comunidades ribeirinhas e rurais, a presença de conflitos fundiários e a carência de políticas públicas consistentes voltadas para suas populações.

Essa condição de pertencimento a um território ainda pouco reconhecido institucionalmente contribui para o apagamento de suas especificidades. Políticas públicas federais e estaduais, em sua maioria, são desenhadas a partir de uma lógica homogênea, que desconsidera a complexidade regional e a diversidade sociocultural que marca a Amazônia Tocantina. Isso tem consequências diretas sobre a vida cotidiana das populações locais, especialmente no que diz respeito ao direito à educação.

Nas áreas ribeirinhas dessa sub-região, o acesso à escola ainda é marcado por grandes distâncias, dificuldade de transporte fluvial, estruturas escolares precárias e ausência de políticas de permanência. Como destaca Carneiro (2011), a educação rural e ribeirinha no Brasil é frequentemente tratada de forma marginal, como se as populações do campo e das águas devessem se adaptar a uma estrutura pensada para contextos urbanos. Essa lógica de subordinação do rural ao urbano se evidencia na forma como os currículos são elaborados, nos materiais didáticos disponíveis e na formação dos docentes.

Além disso, é importante ressaltar que a Amazônia Tocantina enfrenta uma série de pressões externas que impactam diretamente o cotidiano escolar. A presença de grandes projetos econômicos, como hidrelétricas e atividades de mineração, tem produzido um ambiente de instabilidade social e territorial, com deslocamentos forçados, aumento da violência e alterações na dinâmica comunitária. A escola, nesse contexto, torna-se um espaço vulnerável, muitas vezes sem condições de dialogar com a realidade dos estudantes.

Outro ponto relevante é o apagamento dos saberes locais dentro do espaço escolar. Em muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina, o conhecimento tradicional — sobre o rio, a floresta, as plantas medicinais, os ciclos da natureza — continua sendo transmitido entre gerações. Contudo, esse saber raramente encontra reconhecimento nas práticas pedagógicas. Como afirma Caldart (2004), a educação no campo e em comunidades tradicionais deve ser construída a partir dos sujeitos que nela vivem, respeitando seus tempos, valores e linguagens. Na Amazônia Tocantina, esse desafio é ainda maior diante das assimetrias históricas que marcaram a exclusão dessas vozes nos processos formais de escolarização.

Portanto, compreender a Amazônia Tocantina é também reconhecer que ela não é apenas uma porção do território amazônico: é um espaço de vida, de conflitos, de produção de saberes e de resistência. E é nesse território, com todas as suas contradições e riquezas, que se desenha a luta por uma educação ribeirinha mais justa, inclusiva e contextualizada. Ao ignorar essas especificidades, qualquer política educacional corre o risco de fracassar, reforçando ciclos de exclusão que há décadas assolam essas populações.

MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A AMAZÔNIA TOCANTINA

A Amazônia Tocantina é uma sub-região que tem sido progressivamente delineada por pesquisadores, educadores, movimentos sociais e gestores públicos com base em características geográficas, históricas, culturais e socioeconômicas comuns. Embora ainda não exista uma delimitação oficial por parte do Estado brasileiro ou de legislações específicas que fixem suas fronteiras, é amplamente reconhecido que ela abrange uma diversidade de municípios situados ao longo do rio Tocantins e seus principais afluentes.

No imaginário regional e nos estudos acadêmicos, a Amazônia Tocantina compreende, tradicionalmente, municípios do sudeste e do sul do Pará, como Marabá, Tucuruí, Itupiranga, Jacundá, Breu Branco, Novo Repartimento, Goianésia do Pará, entre outros. No entanto, é necessário considerar também uma faixa geográfica que avança para o nordeste do estado, onde estão localizados municípios como **Cametá, Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Limoeiro do Ajuru**. Estes últimos, embora estejam mais próximos da zona de influência do estuário amazônico, mantêm forte vínculo com a bacia do Tocantins, tanto do ponto de vista ambiental quanto cultural e econômico.

Esses municípios formam um conjunto territorial riquíssimo, marcado pela predominância de comunidades ribeirinhas e pela forte dependência dos cursos d'água para a mobilidade, a pesca, o extrativismo e outras formas de subsistência. O rio Tocantins e seus afluentes, como o rio Cametá, o rio Tocantinzinho e o rio Igarapé-Miri, atuam como verdadeiras artérias de vida para essas populações, que vivem majoritariamente em áreas de várzea, ilhas e comunidades afastadas dos centros urbanos.

No caso de **Cametá**, considerado um dos mais importantes municípios da antiga região da capitania do Grão-Pará, há um histórico intenso de ocupação ribeirinha e de resistência cultural. Cametá é conhecido por sua produção de farinha, sua tradição católica popular (como o Círio de Cametá) e seus inúmeros rios e igarapés que condicionam o modo de vida local. O município apresenta características híbridas entre o rural e o urbano, o que exige da educação estratégias pedagógicas que respeitem a diversidade territorial e cultural de seus distritos e comunidades.

Mocajuba, por sua vez, destaca-se pela grande quantidade de comunidades isoladas, onde o acesso à educação básica ainda é um desafio cotidiano. Escolas que funcionam em palafitas, deslocamentos escolares realizados por pequenas embarcações e calendários adaptados à realidade das cheias dos rios são comuns. As comunidades de Mocajuba mantêm vivas práticas tradicionais como o uso de plantas medicinais, a agricultura familiar de subsistência e festas comunitárias organizadas coletivamente. A escola, nesse contexto, precisa ser muito mais do que um espaço de transmissão de conteúdos: ela deve atuar como centro cultural, ponto de encontro e espaço de valorização das identidades locais.

Em **Baião**, município vizinho a Cametá, o cenário se repete com suas peculiaridades. A cidade possui um número expressivo de escolas ribeirinhas, muitas delas funcionando com estrutura limitada e com professores que enfrentam dificuldades de deslocamento, acesso à formação continuada e recursos didáticos adaptados à realidade local. A zona rural e ribeirinha baionense é fortemente dependente das estações do ano, especialmente no que tange ao regime de chuvas e às cheias do rio Tocantins, que afetam diretamente a frequência escolar e a permanência dos alunos.

Igarapé-Miri, conhecido como a “terra do açaí”, destaca-se pela economia extrativista e por uma malha hidrográfica extensa, composta por dezenas de igarapés navegáveis. A vida comunitária gira em torno do trabalho nas ilhas, do cultivo de pequenas roças e da coleta de frutos nativos. As escolas enfrentam os desafios de atuar em um contexto em que a migração sazonal e o trabalho infantil no extrativismo ainda estão presentes. Além disso, o acesso digital e tecnológico é quase inexistente em muitas áreas do município, dificultando o desenvolvimento de políticas educacionais mais modernas e conectadas.

Abaetetuba, por sua vez, é um dos municípios mais populosos da região e, embora apresente uma estrutura urbana mais desenvolvida, possui extensas áreas ribeirinhas e insulares que enfrentam as mesmas adversidades de outros municípios do Tocantins. As comunidades das ilhas de Abaetetuba, como Ponta Negra e Sirituba, convivem com a precariedade do transporte escolar, a escassez de recursos básicos nas escolas e a ausência de formação específica para os professores que atuam nesses territórios. A identidade cultural ribeirinha, fortemente marcada pelo sincretismo religioso e pelas expressões populares, como o carimbó, é pouco valorizada nos currículos escolares, o que reforça a sensação de desconexão entre a escola e a vida cotidiana.

Limoeiro do Ajuru, embora seja um dos menores em termos populacionais, é igualmente representativo da realidade ribeirinha tocantina. Suas comunidades são dispersas, de difícil acesso, e dependem do rio como única via de transporte. A presença de escolas em regiões distantes e com poucos alunos por turma exige políticas específicas, como o multisseriado, a pedagogia itinerante e a valorização dos saberes locais. A falta de professores residentes nas comunidades é outro grande obstáculo, pois muitos educadores precisam se deslocar longas distâncias, comprometendo a continuidade do trabalho pedagógico.

Esses municípios ilustram, portanto, um recorte fundamental da Amazônia Tocantina que vai além da lógica dos grandes centros urbanos e dos projetos econômicos de larga escala. Trata-se de uma Amazônia marcada pela diversidade cultural, pela resiliência de seus povos e pela necessidade urgente de políticas educacionais territorializadas, que considerem o contexto específico de cada comunidade.

Compreender a configuração territorial e sociocultural dos municípios que integram a Amazônia Tocantina, sobretudo os localizados na parte nordeste do Pará, é fundamental para o planejamento de políticas públicas educacionais que dialoguem com as realidades locais. Cametá, Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Limoeiro do Ajuru apresentam especificidades que tornam inadequado qualquer modelo educacional padronizado ou importado de contextos urbanos e centralizados. A educação nesses territórios precisa ser pensada com base na vivência das populações ribeirinhas, nos ritmos da natureza e nos modos próprios de organização comunitária.

As condições de acesso à escola ainda são um dos principais desafios enfrentados nesses municípios. O deslocamento dos estudantes é feito, na maioria das vezes, por pequenas embarcações que enfrentam as dificuldades das marés, das chuvas, das distâncias e da falta de segurança nos transportes fluviais. Em períodos de cheia ou seca severa, há turmas que passam dias sem aulas, pois o trajeto torna-se impraticável. Além disso, muitas escolas funcionam em espaços improvisados, com infraestrutura deficiente e sem acesso adequado a energia elétrica, internet ou materiais pedagógicos.

A formação dos professores é outro ponto crítico. Muitos docentes que atuam nas escolas das comunidades ribeirinhas não residem nelas, o que implica longos deslocamentos, por vezes diários, em condições precárias. Essa realidade acarreta não apenas o cansaço físico e emocional dos profissionais, mas também prejudica a continuidade do processo de ensino-aprendizagem. A rotatividade de professores é alta, e poucos têm formação específica voltada às práticas educativas em contextos do campo, das águas e das florestas. Iniciativas de formação continuada regionalizada ainda são escassas, e quando existem, muitas vezes não consideram os saberes locais nem os modos de vida das populações ribeirinhas.

É necessário reforçar o papel do currículo escolar como instrumento de valorização cultural e de pertencimento comunitário. As escolas desses municípios muitas vezes reproduzem currículos urbanos e desconectados da realidade amazônica. Por isso, é urgente a implementação de propostas curriculares que incorporem os saberes locais, como o conhecimento sobre as marés, as estações do rio, as técnicas de pesca, a agricultura de várzea, os remédios naturais e as festas populares. Esses elementos não devem ser vistos como folclóricos ou secundários, mas como base para o desenvolvimento de um conhecimento significativo e contextualizado.

O fortalecimento da educação contextualizada na Amazônia Tocantina exige, também, o reconhecimento e a escuta das comunidades. As famílias ribeirinhas possuem suas próprias formas de organização social, de autoridade e de participação nas decisões coletivas. As escolas, portanto, precisam dialogar com os conselhos comunitários, associações locais, lideranças religiosas e culturais, construindo juntos projetos educativos que façam sentido para a coletividade. Em muitas comunidades, a escola é o único espaço de encontro, de troca de ideias e de construção de expectativas de futuro.

Quando o processo educativo se aproxima das realidades vividas, as crianças permanecem mais tempo nas escolas, sentem-se valorizadas e encontram motivação para aprender.

Outro aspecto importante é o papel da tecnologia na superação de barreiras educacionais. Em municípios como Abaetetuba e Cametá, há experiências pontuais de uso de rádios comunitárias, mídias digitais portáteis e tablets com conteúdos offline para complementar o ensino em áreas de difícil acesso. No entanto, ainda são poucas as iniciativas institucionais que integram as tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem de forma contínua. A ausência de internet e de energia elétrica em boa parte das comunidades exige criatividade, investimento público e parcerias com universidades, ONGs e instituições comunitárias.

A alimentação escolar também precisa ser pensada a partir da realidade local. Em muitos desses municípios, a agricultura familiar e o extrativismo oferecem alimentos como farinha de mandioca, peixe, frutas nativas e hortaliças. Fortalecer os vínculos entre as escolas e os produtores locais contribui não apenas para melhorar a qualidade da merenda escolar, mas também para movimentar a economia comunitária e valorizar a cultura alimentar ribeirinha.

Por fim, é preciso destacar que o conceito de escola ribeirinha vai além da sua localização geográfica. Trata-se de um projeto educativo que reconhece e valoriza os modos de vida amazônicos, que rompe com a ideia de que as populações ribeirinhas são carentes ou atrasadas, e que constrói com elas caminhos de aprendizagem baseados no respeito, na escuta e na troca de saberes. Em Cametá, Mocajuba, Baião, Igarapé-Miri, Abaetetuba e Limoeiro do Ajuru, esse projeto de escola ainda está em construção, enfrentando inúmeros obstáculos, mas também demonstrando uma profunda capacidade de resistência e reinvenção diante das adversidades.

Pensar a educação nesses municípios da Amazônia Tocantina é, portanto, pensar em políticas públicas que articulem o território, a identidade e a justiça social. É reconhecer que não se trata apenas de levar escola onde não tem, mas de construir uma escola que pertença, que respeite, que valorize e que transforme as realidades ribeirinhas a partir de suas próprias forças e saberes. O futuro da educação na Amazônia passa

necessariamente por essa escuta sensível e por esse compromisso ético com os povos das águas.

PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA TOCANTINA

A realidade educacional das comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina é marcada por uma série de dificuldades históricas, estruturais e sociais que comprometem a efetivação do direito à educação. Apesar de avanços pontuais em políticas públicas voltadas ao campo, como o PRONACAMPO e a formulação de diretrizes específicas para a educação do campo e das águas, os desafios persistem no cotidiano das escolas localizadas em áreas ribeirinhas.

Um dos principais obstáculos é a dificuldade de acesso às escolas. Em muitos casos, o transporte escolar fluvial é precário, irregular ou mesmo inexistente. Em períodos de cheia ou de seca intensa, as viagens tornam-se arriscadas ou inviáveis, o que afeta diretamente a frequência dos estudantes. Há relatos de crianças e adolescentes que passam horas em pequenas embarcações para chegar às escolas, o que muitas vezes leva ao abandono dos estudos. Além disso, a ausência de portos adequados, embarcações seguras e motoristas capacitados agrava ainda mais esse problema.

Outro ponto crítico diz respeito à infraestrutura física das escolas. Muitas unidades escolares da zona ribeirinha funcionam em prédios improvisados, sem acesso à energia elétrica, internet, água potável ou banheiros adequados. Há escolas que operam com apenas uma sala multisseriada, onde um único professor precisa atender turmas de diferentes séries e idades, em um verdadeiro esforço de resistência e dedicação.

A formação dos professores também representa um desafio importante. Grande parte dos docentes que atuam nas comunidades ribeirinhas não é oriunda dessas localidades e, em alguns casos, desconhece a realidade sociocultural das comunidades onde leciona. Essa distância entre o conteúdo trabalhado em sala e a vivência dos estudantes gera desinteresse e dificuldades de aprendizagem. Além disso, os programas de formação continuada raramente chegam de maneira sistemática às escolas da zona ribeirinha, o que compromete o aprimoramento das práticas pedagógicas.

Outro aspecto que merece atenção é o currículo escolar pouco contextualizado. Apesar de avanços teóricos e legais no sentido de reconhecer os saberes locais e valorizar as culturas tradicionais, a maioria das escolas ainda opera com um currículo urbano, desvinculado das práticas e conhecimentos próprios da vida ribeirinha. Isso gera uma educação que, muitas vezes, ignora o cotidiano dos alunos e das famílias — como a pesca, a agricultura de várzea, a relação com os ciclos dos rios, as festas comunitárias, entre outros elementos fundamentais da vida local.

Não se pode deixar de mencionar a falta de políticas públicas específicas para a educação ribeirinha. A ausência de planejamento governamental de médio e longo prazo, a descontinuidade de programas e o baixo investimento em infraestrutura e pessoal tornam a educação nas comunidades ribeirinhas vulnerável e, muitas vezes, invisível nas estatísticas oficiais. A centralização das decisões nas sedes municipais, aliada à pouca participação das comunidades na definição das políticas educacionais, também contribui para esse cenário de exclusão.

Por fim, há ainda questões relacionadas à evasão escolar e ao trabalho infantil, que são recorrentes em algumas áreas da Amazônia Tocantina. Diante da necessidade de contribuir com a renda familiar, muitos jovens abandonam a escola para trabalhar na pesca, na agricultura ou em outras atividades extrativistas. A escola, portanto, precisa disputar com a lógica da sobrevivência, o que exige uma abordagem mais flexível, sensível e comprometida com as especificidades locais.

Diante desse panorama, fica evidente que a educação ribeirinha na Amazônia Tocantina exige não apenas recursos materiais, mas também o reconhecimento da diversidade cultural e territorial como um valor pedagógico.

POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES E SUAS LIMITAÇÕES NA EDUCAÇÃO RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA TOCANTINA

Nas últimas décadas, o Brasil desenvolveu uma série de políticas públicas voltadas para a educação do campo, das águas e das florestas, reconhecendo que os territórios rurais — incluindo os ribeirinhos — exigem atenção específica do Estado. No entanto,

embora haja um arcabouço normativo e algumas iniciativas direcionadas, na prática a efetividade dessas políticas na Amazônia Tocantina ainda é bastante limitada.

Um marco importante foi a criação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituído em 2012, que propôs ações de apoio técnico, formação docente, produção de material didático e construção de escolas para o campo. O programa, no entanto, teve curta duração e foi descontinuado antes de consolidar suas propostas nos municípios amazônicos, especialmente nas regiões mais isoladas como a Tocantina. Isso reforça o padrão de políticas públicas fragmentadas e de curto prazo, criticado por autores como Caldart (2004) e Arroyo (2007), que apontam a necessidade de políticas permanentes, articuladas e territorializadas.

Outro instrumento relevante é a Diretriz Operacional para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2002. Essa diretriz reafirma a necessidade de respeitar as especificidades dos sujeitos do campo, inclusive os ribeirinhos, no currículo, calendário, metodologia e organização escolar. Embora seja um avanço conceitual, sua implementação depende da vontade política dos gestores locais e de recursos que, na maioria das vezes, não chegam às escolas da Amazônia profunda.

Em 2018, o Parecer CNE/CEB nº 1, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola e Ribeirinha, reforça a importância de um currículo que valorize os saberes tradicionais e os modos de vida locais. No entanto, poucos sistemas de ensino adotaram essas diretrizes de forma prática. Na Amazônia Tocantina, os currículos ainda seguem o modelo urbano, desconsiderando o ritmo dos rios, os saberes da floresta e a oralidade como forma de produção do conhecimento. Isso faz com que muitos estudantes não se reconheçam no conteúdo escolar, o que contribui para o desinteresse e a evasão.

Os programas de formação continuada de professores também enfrentam desafios. A Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio do PARFOR e de outras ações de extensão, tem promovido a formação de professores em municípios da Amazônia Tocantina, mas a cobertura ainda é insuficiente. Como observa Brandão (2007), a formação docente no campo deve estar intimamente vinculada ao território e aos modos

de vida locais, o que exige um investimento que vá além da certificação e alcance a formação humana e política dos educadores.

No campo das infraestruturas, programas como o FNDE Caminho da Escola buscam atender áreas de difícil acesso com transporte escolar fluvial. Contudo, a realidade mostra que muitas comunidades continuam desassistidas ou com embarcações inadequadas, o que compromete o direito à educação. Os investimentos federais são repassados aos municípios, que muitas vezes não têm capacidade técnica ou logística para atender à demanda ribeirinha de forma eficaz.

Outro ponto a ser considerado é a falta de protagonismo das comunidades ribeirinhas no planejamento das políticas educacionais. Muitas vezes, as decisões são tomadas sem a escuta ativa dos sujeitos locais, contrariando os princípios da gestão democrática. Freire (1996) já apontava que não há educação sem diálogo, e isso vale também para a formulação das políticas públicas: sem a participação dos ribeirinhos, dificilmente as ações responderão às suas reais necessidades.

Diante disso, percebemos que, embora existam diretrizes e programas importantes no papel, a educação escolar ribeirinha na Amazônia Tocantina sofre com a descontinuidade, a ausência de financiamento consistente e a pouca sensibilidade territorial dos gestores públicos.

CAMINHOS PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA TOCANTINA

A superação dos desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas no acesso à educação de qualidade não se resume à ampliação de recursos financeiros ou à construção de escolas. É necessário repensar o modo como a educação é concebida, planejada e executada nesses territórios. Para isso, alguns caminhos precisam ser construídos a partir da valorização dos saberes locais, do respeito à cultura ribeirinha e da escuta ativa das populações envolvidas.

Um primeiro passo essencial é fortalecer a participação das comunidades ribeirinhas na gestão educacional. Isso significa criar espaços efetivos de diálogo entre gestores públicos, professores, pais, estudantes e lideranças comunitárias, nos quais as

decisões sobre o currículo, o calendário escolar, o uso de recursos e as prioridades locais sejam debatidas de forma democrática. A gestão participativa pode garantir que a escola atenda, de fato, às necessidades da comunidade e valorize sua cultura. Como defende Gadotti (2001), a educação popular só tem sentido se construída em parceria com os sujeitos do território.

Outro caminho importante é a contextualização do currículo escolar. A escola ribeirinha não pode ser uma mera repetição da escola urbana. Ela precisa incorporar os saberes locais — como os conhecimentos sobre as marés, o uso medicinal das plantas, as técnicas de pesca e agricultura, as histórias contadas pelos mais velhos — como parte legítima do processo educativo. Essa valorização dos saberes tradicionais permite que os estudantes se reconheçam como sujeitos de conhecimento e fortalece sua identidade cultural. Como destaca Molina (2014), o currículo precisa dialogar com a vida concreta dos sujeitos do campo e das águas.

A formação inicial e continuada de professores, voltada para a realidade amazônica e ribeirinha, também é uma ação estratégica. É urgente que os cursos de licenciatura, especialmente nas universidades públicas da região, incorporem conteúdos voltados à educação do campo e às especificidades amazônicas. Além disso, programas de extensão e formação continuada precisam ser levados até as comunidades, de forma descentralizada, respeitando os tempos e as dinâmicas locais. A experiência da UFPA com projetos itinerantes é um bom exemplo de como isso pode ser feito de maneira respeitosa e eficaz.

Outro aspecto fundamental é o uso das tecnologias de forma contextualizada. Em muitos casos, a tecnologia digital é vista como distante da realidade ribeirinha. No entanto, quando bem utilizada, ela pode ser uma ferramenta de inclusão. Experiências com rádios comunitárias, gravação de videoaulas off-line, e uso de energia solar para alimentar equipamentos em escolas isoladas têm mostrado resultados promissores. Segundo Kenski (2012), as tecnologias devem ser mediadoras do processo de ensino-aprendizagem, mas nunca descoladas da realidade sociocultural dos sujeitos.

Também é preciso garantir a adequação da infraestrutura escolar à realidade local. Isso inclui escolas construídas sobre palafitas ou flutuantes, com acessibilidade fluvial,

energia limpa, acesso à água potável e espaços pedagógicos que considerem o clima, a geografia e as práticas comunitárias. O investimento nessa infraestrutura precisa ser planejado com os próprios moradores, garantindo que as soluções técnicas estejam em sintonia com as demandas reais.

Por fim, a valorização dos profissionais da educação que atuam em áreas ribeirinhas é essencial. Muitos professores enfrentam longas jornadas para chegar às escolas, trabalham em condições adversas e, mesmo assim, demonstram compromisso com a formação das novas gerações. Políticas de incentivo, como gratificações específicas, programas de formação em serviço e reconhecimento público, podem contribuir para sua permanência e motivação.

Esses caminhos, embora desafiadores, são possíveis de serem trilhados. Eles exigem vontade política, diálogo contínuo com as comunidades e uma compreensão profunda de que a educação, para ser transformadora, precisa estar enraizada no território e na vida das pessoas. No caso da Amazônia Tocantina, esse enraizamento passa por reconhecer os rios não apenas como vias de acesso, mas como parte da alma dos sujeitos que ali vivem e aprendem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ribeirinha na Amazônia Tocantina representa um campo complexo, desafiador e, ao mesmo tempo, essencial para a garantia de direitos e o fortalecimento da cidadania em territórios historicamente marginalizados. Ao longo deste artigo, procuramos discutir de forma crítica e fundamentada as particularidades desse contexto, partindo de uma breve apresentação da região tocantina, passando pela identificação dos municípios que a compõem, os principais desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas, as políticas públicas existentes e, finalmente, os caminhos possíveis para a transformação da realidade educacional local.

A Amazônia Tocantina, com sua rica diversidade ambiental, cultural e social, carrega em si tanto as potencialidades quanto as contradições do projeto de desenvolvimento amazônico. Os povos ribeirinhos, que habitam os municípios banhados pelos rios Tocantins e seus afluentes, vivem uma realidade marcada por desigualdades

históricas, exclusão territorial e invisibilização política. Essa exclusão se reflete de forma evidente na área da educação, onde o acesso é dificultado por barreiras logísticas, ausência de infraestrutura, currículos descontextualizados e formação docente ainda distante das realidades locais.

Ficou evidente que, embora existam diretrizes e iniciativas como o PRONACAMPO, as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo e os programas de formação de professores, essas políticas ainda não se consolidaram de forma plena na região. Muitas dessas ações, além de serem descontinuadas com frequência, não levam em conta a voz e o protagonismo das comunidades ribeirinhas na construção das soluções, o que compromete sua eficácia e sustentabilidade.

No entanto, os desafios não anulam as possibilidades. Como demonstramos, há caminhos promissores: a construção de currículos contextualizados, a valorização dos saberes tradicionais, o uso criativo das tecnologias apropriadas ao território, a formação docente contínua e próxima da realidade amazônica e, principalmente, o fortalecimento da gestão democrática com participação comunitária efetiva. O papel das universidades públicas, de movimentos sociais como o MPA e de experiências de educação popular têm se mostrado cruciais nesse processo.

É necessário compreender que a educação ribeirinha não se resume à escola enquanto estrutura física ou instrumento de transmissão de conteúdo. Ela deve ser entendida como um processo de formação integral que respeita os tempos das águas, os modos de vida tradicionais e a identidade dos sujeitos que vivem à beira dos rios. A escola, nesse sentido, deve ser um espaço de resistência, de criação e de pertencimento.

Como afirma Paulo Freire (1996), não há educação neutra: ou ela é um instrumento de reprodução das desigualdades ou é uma prática de liberdade. Na Amazônia Tocantina, a educação ribeirinha precisa assumir essa segunda perspectiva — uma educação comprometida com a emancipação dos sujeitos e com a transformação da realidade.

Portanto, esperamos que este artigo contribua para ampliar o debate sobre a educação nos territórios ribeirinhos da Amazônia Tocantina, inspirando pesquisadores, gestores, professores e lideranças comunitárias a somarem esforços na construção de um

projeto educativo verdadeiramente democrático, plural e enraizado nos territórios amazônicos. O fortalecimento da educação ribeirinha não é apenas uma demanda local, mas uma urgência nacional, pois a Amazônia não é periferia, mas centro da vida, do conhecimento e da resistência.

REFERENCIAS

BARBOSA, Livia de Oliveira. **Educação escolar ribeirinha: contextos, desafios e possibilidades**. Belém: Paka-Tatu, 2021.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília: MEC, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf. Acesso em: 2 maio 2025.

CALDART, Roseli S. **O campo da educação do campo**. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. (Org.). Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2008. p. 35-64.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola, sujeito coletivo e práxis educativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTRO, Edna; MONTEIRO, Maurílio. **Amazônia: ensaios sobre desenvolvimento e território**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

GONÇALVES, José Luiz dos Santos. Educação do campo e educação ribeirinha: aproximações e especificidades. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Araguaína, v. 6, n. 13, p. 1–20, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaodocampo/article/view/9583>. Acesso em: 16 abril 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 abril 2025.

LIMA, Francisco das Chagas de. **Educação no campo: formação docente, currículo e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, João P. Hidrelétricas na Amazônia: impactos sociais e ambientais. **Revista Ciência Hoje**, v. 50, n. 297, p. 40–45, 2012.

OLIVEIRA, Lucia da Costa Ferreira de; BRUNO, Reinaldo José. **Amazônia e educação:** saberes, territórios e políticas públicas. Campinas: Alínea, 2017.

SOUZA, Maria de Fátima Costa de. Educação e ribeirinhos: entre a permanência e a resistência. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 321–344, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25053/reduf.v24i2.1234>.

Submissão: março de 2025. Aceite: abril de 2025. Publicação: julho de 2025.